

A farsa da responsabilidade socioambiental das grandes corporações

by Luiz Prado - segunda-feira, março 09, 2020

<http://www.luizprado.com.br/2020/03/09/a-farsa-da-responsabilidade-socioambiental-das-grandes-corporacoes/>

Em mais um excelente trabalho de jornalismo investigativo, crianças de 13 anos e até menos foram filmadas e entrevistadas colhendo café em condições degradantes para duas grandes corporações que há muito se vangloriam de seus princípios e ações de "responsabilidade socioambiental": Nestlé e Starbucks. Num país tropical pobre, é claro: a Guatemala. A reportagem que apresenta de modo sumário o que lá foi encontrado pode ser lida, em inglês, [aqui](#), e os principais trechos são transcritos em português abaixo.

A prática já é antiga e institucionalizada. Já em 2013, a ONU denunciava que milhões de toneladas de lixo tóxico eram exportada para os países pobres e a Interpol informava que [1 em cada 3 containers saídos da Europa para esses países continham lixo tóxico e abriu investigações contra 40 empresas.](#)

Em 2017, a mesma [246 crimes desse mesmo tipo e 85 locais com 1 milhão de toneladas de resíduos tóxicos.](#)

Cortes inglesas e holandesas acolheram ações e condenaram a empresa [Trafigura](#) pela exportação ilegal de resíduos tóxicos para a Costa do Marfim e esses foram casos que marcaram mudança na percepção de que o crime ambiental pode ser julgado também no país de origem.

Mas a prática não cessou, ainda que possa ter sido reduzida.

Na área da exploração de petróleo pelas grandes corporações na Nigéria, país que é o maior produtor africano, estima-se que 12.000 vazamentos ocorreram entre 1976 e 2014, e que os de maior porte são comuns, com uma média de 40 milhões de litros ou 252.000 barris por ano, com danos à vida, a terras antes cultiváveis, aos recursos hídricos e à pesca. [As denúncias e investigações se acumulam há décadas,](#) sem qualquer mudança no comportamento das petroleiras.

Em 2014, e Nevsun Resources, mineradora canadense, foi processada no Canadá por "[trabalhos forçados, com intimidação e crueldade](#)" numa mina por ela operada na Eritreia.

A notícia sobre o comportamento das [grandes mineradoras](#) de países altamente desenvolvidos veio à tona mais uma vez em decorrência de uma decisão recente da Suprema Corte do Canadá que aceitou um processo neste país por abusos cometidos na Eritreia, onde cerca de 1.000 trabalhadores foram forçados a trabalhar durante o serviço militar para a implantação de uma mina de ouro, cobre e zinco, em condições desumanas, com castigos físicos e frequentemente amarrados com correntes. Poucos anos antes, em 2017, e mesma Suprema Corte havia rejeitado caso semelhante movido contra outra mineradora por abusos similares na Guatemala. Por enquanto, a decisão da Suprema Corte só afirma que a empresa pode

ser julgada por leis canadenses e remete a ação à instância inicial.

(É bem verdade que não seria necessário ir tão longe, bastando ver o comportamento da Vale e outras multinacionais com suas barragens de rejeitos no Brasil.)

Enquanto isso, dias atrás, [descobriu-se que o Banco Mundial vai pagar quase dois milhões de dólares para um escritório de advocacia norte-americano ligado a ExxonMobil reescrever as leis sobre petróleo das Guiana](#), com dinheiro doado (*grant*). O escritório Hunton Andrews Kurth trabalha há 40 anos para a petroleira que espera extrair 8 bilhões de barris da costa da Guiana. Vale lembrar que, publicamente, o Banco Mundial já se comprometeu mais de uma vez a parar de financiar atividades petroleiras, mas mente, descaradamente.

Há, nisso tudo muita farsa e descaso. E uma boa dose de indecência. Ou alguém acha que o Itau e o Uber colocam bicicletas e patinetes por estarem interessados em mobilidade urbana, e não em meros espaços publicitários baratos pelas cidades?

Os esforços de quem luta pela responsabilidade socioambiental das corporações são corajosos e merecem aplausos, mas as prioridades não deixam de ser o lucro. Sem a possibilidade de punições severas, nada acontece nessa área além de algumas campanhas de marketing e diretorias subalternas na área socioambiental para adornar os pavões e aprovar projetos com valores dedutíveis no imposto de renda.

Isso, para não falar das vendas de informações de seus usuários pelo Facebook, que resultaram em comissões de inquéritos no Senado norte-americano, processos na Europa e, agora, [mais um processo na Austrália](#).